



Plano Gestão Quadriênio 2023/2026

EE Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro



PLANO DE GESTÃO QUADRIENAL ESCOLAR 2023 – 2026

I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Escola Estadual “Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro”

Ato de Criação: 25/04/1969, publicado no DOE de 29/04/1969.

Código CIE: 032335 **Código UA:** 44.689

F.D.E:1026105

Endereço: Rua Dr. Miguel Coutinho, nº 12- 43

Bairro: Vila Cruzeiro do Sul

Município: Presidente Epitácio – SP

CEP:19470-000

Telefones: (18) 32811835 – (18) 32817109

E-mail: e032335a@see.sp.gov.br

II – EQUIPE GESTORA

Diretor de Escola: Fabiana Bueno Gomes Mantovani

Coordenador de Organização Escolar - COE: Graziela Ferraz Godoy e Silva

Coordenador de Gestão Pedagógica Geral - CGPG: Giane Paula Duarte Dal Ponte

III – CURSO OFERECIDO EM 2023

Curso	Ano	Horários de atendimento	Ato de autorização/criação (DOE)
Ensino Fundamental: Anos Finais	6º ao 9º	07h às 16:00 h	Resolução SE 19 DOE de 24/01/1976

Tabela 1: Cursos oferecidos na U. E.



IV – CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

1- Histórico da Escola

Em 29/04/1969, foi publicado no DOE o Ato de Criação da Escola, nos termos dos Artigos 201 e 205 do Decreto 17.698 – 47, como GESC. da Vila Geronimo, de 2º estágio, em Presidente Epitácio, Delegacia de Ensino de Presidente Venceslau, mediante a criação de seis classes comuns.

O Grupo Escolar (GESC) da Vila Geronimo iniciou seus trabalhos em 05/05/1969, tendo funcionado provisoriamente em prédio cedido pela Prefeitura Municipal, onde funcionava a Escola Municipal Normal "Almirante Tamandaré", sito à Rua Manaus, nº 6-70.

Em 1970, a escola foi instalada em um novo prédio, construído pela Prefeitura Municipal e passou a ser denominada GESC "Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro", por Decreto de 28/08/1970, publicado no DOE de 29/08/1970. Recebeu este nome em homenagem à esposa do popular "Dr. João", doador do terreno para construção da escola. Ele era proprietário de uma grande área naquela região e sua esposa possuidora de um elevado espírito filantrópico, notadamente no campo do ensino primário, especialmente com crianças residentes na Vila Presidente Vargas. A escola funcionou neste local por sete anos (de 1970 a 1976).

A partir de 1976 passou a ser denominada EEPG "Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro", por Resolução SE nº 19, de 24/01/1976.

Uma vez que o prédio pertencia à Prefeitura Municipal, foi doado ao Estado um terreno, em que foi construída a escola, de propriedade estadual, sito à Rua Dr. Miguel Coutinho, nº 12-43, Vila Cruzeiro do Sul. A escola foi instalada neste local em 1977 e a cerimônia de inauguração foi realizada em 01/09/1979, pela Senhora Lucille Elias, Diretora da Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente.

O prédio estadual ocupado em 1977 foi construído inicialmente com seis salas de aula, sendo que em 04/09/1987, foram inauguradas mais três salas de aula, construídas pela Prefeitura Municipal, gestão Roberto Bérnago, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, passando a contar com nove salas de aula.

Em 1992, quando foram implantadas as primeiras 306 (trezentos e seis) escolas Padrão do Estado, esta unidade foi escolhida para se tornar "Escola Padrão", a mesma deveria contar



com uma infraestrutura completa e para isto recebeu as ampliações necessárias. Além da reforma completa, foi autorizada a construção de ambientes como: Zeladoria, Biblioteca, Sala de Vídeo, Laboratório, Refeitório, Vestiários, Banheiro para Deficientes e Secretaria.

Em 1996, as escolas foram reorganizadas, por Resolução SE 37, de 24, publicada a 25/04/1996, e a unidade escolar deixou de ser padrão e passou a funcionar com turmas do Ciclo II do Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries), sendo que os ambientes em que funcionavam o Laboratório, Sala de Vídeo e Biblioteca, passaram a funcionar como salas de aula, totalizando, desse modo, doze salas.

Em 1998, por Resolução SE nº 100, de 01/09/98, publicada no DOE de 02/09/1998, com efeitos retroagidos para 02/01/1998, a EEPG "Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro" passou a chamar-se EE "Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro".

Em julho de 2.000, passou a contar com Classe de Suplência do Ensino Fundamental, por Resolução – 66, de 07/07/2000, publicada no DOE de 08/07/2000 e 15/07/2002.

O corpo docente e discente foi aumentando consideravelmente, de acordo com a demanda, daí a necessidade de mais salas para funcionar a Biblioteca, a Sala de Informática, e ampliação de outros ambientes, pois a escola que iniciou suas atividades em 1969 com cerca de 180 alunos, passou a funcionar com 1.000 alunos aproximadamente, atendendo nos períodos diurno e noturno.

Da fundação da escola até a presente data, a mesma funcionou com um corpo discente conforme segue:

- De 1969 a 1975 – com turmas de 1ª a 4ª Séries – do 1º Grau;
- De 1976 até 1995 – com turmas de 1ª a 8ª Séries – do 1º Grau;
- De 1996 a junho de 2000 – com turmas do Ciclo II do Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries);
- De julho de 2000 até 2004 – com turmas do Ciclo II do Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries) e turmas do Ciclo II – EJA (Suplência);
- De 2005 até 2007 – com turmas do Ciclo II do Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries), turmas do Ciclo II – EJA (Suplência).
- De 2005 até 2010 – com turmas do Ensino Fundamental – anos Finais e Ensino Médio.
- Em 2011- com turmas do Ensino Fundamental – Anos Finais. A partir desse ano, em



virtude da baixa demanda, o Ensino Médio deixou de ser oferecido nesta Unidade Escolar.

- Em 2015 - contamos com 20 turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais (12 classes no período da manhã e 08 no período da tarde).

Em 2002, foi autorizada a reforma/ampliação da escola. Foram construídas mais três salas, as quais foram ocupadas para: Sala de Aula, Sala de Informática e Sala de Leitura; a Secretaria foi ampliada através do "hall" que existia; outros ambientes foram reformados; o prédio recebeu nova pintura e também foi construída uma nova Quadra Poliesportiva com cobertura.

Em 2014, o prédio escolar passou novamente por uma ampla reforma para garantir condições de acessibilidade aos alunos com necessidades especiais. As benfeitorias incluíram um banheiro adaptado, rebaixamento nos balcões de atendimento ao público (secretaria, cantina e refeitório); e o piso da unidade escolar foi nivelado e adaptado com pisos táteis. O alambrado da quadra poliesportiva foi trocado e também implantado o sistema de prevenção e combate ao incêndio, sinalizando as saídas de emergência com as rotas de fugas em todo o prédio escolar.

Em 2020, a escola aderiu ao Programa Ensino Integral (PEI) passando por mudanças de ordem pedagógica e de gestão. De acordo com as Diretrizes do Programa Ensino Integral (SEE/SP, 2014), a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo propõe como Missão, para as Escolas de Ensino Integral "ser um núcleo formador de jovens primando pela excelência na formação acadêmica; no apoio integral aos seus projetos de vida; seu aprimoramento como pessoa humana; formação ética; o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico".

Considerando o contexto político social da rede estadual, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tem como Visão de Futuro "ser, em 2030, reconhecida internacionalmente como uma rede de ensino integral pública de excelência posicionada entre as 25 primeiras do mundo". Indica como Valores a oferta de um ensino de qualidade; a valorização dos educadores; a gestão escolar democrática e responsável; o espírito de equipe e cooperação; a mobilização, engajamento, comprometimento da rede, estudantes e sociedade em torno do processo ensino-aprendizagem voltado ao espírito público e cidadania e a escola como centro irradiador da inovação.

43



A escola também conta com um bom acervo de livros que são utilizados com bastante frequência pelos estudantes. Há um professor responsável pela Sala de Leitura, possibilitando que ela funcione em todos os períodos de atividade escolar, disponibilizando e garantindo o acesso a discentes e docentes.

Todos os docentes da Unidade Escolar possuem curso superior completo, sendo habilitados para lecionarem nos anos e nos componentes curriculares correspondente. Porém, isto não é o bastante, pois é sabido que a constante atualização é condição fundamental para uma boa atuação em sala de aula, em vista disto, é necessária a participação em capacitações na própria Unidade Escolar e nas oferecidas pela Diretoria de Ensino, e/ou por outros órgãos competentes como a Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza e outros. A capacitação em serviço é primordial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem para que se obtenha uma educação de qualidade.

No quadro de funcionários a escola conta com um Gerente de Organização Escolar, cinco Agentes de Organização Escolar, três Agentes de Serviços, três merendeiras e duas Agentes de Limpeza.

Devido à pandemia – COVID 19, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, realizou um investimento relevante na área da tecnológica educacional, adquirindo equipamentos tecnológicos para atender a demanda dos novos tempos.

A escola, além de receber sessenta e sete notebooks, as doze salas de aula foram equipadas com Kit multimídia, composto de Televisor, Estabilizador Nobreak, Microfones, Webcam e Caixa de Som, com acesso à Internet.

A Sala de Leitura é climatizada e também tem um home theater, com acesso à Internet, para melhor atender o trabalho dos professores em suas aulas, que atualmente utilizam bastante os recursos midiáticos.

A Sala de Informática é climatizada e constam com trinta e dois computadores, com o sistema Intragov para o uso da Internet.

O espaço destinado à Sala de Multimídia oferece condições satisfatórias para que os professores realizem seus trabalhos com projeções de vídeos, documentários, filmes e outros. Esta sala é climatizada e conta com data show, notebook, caixas acústicas, é um ambiente extremamente organizado para estudos e apreciação de vídeos. O espaço também é destinado



às reuniões pedagógicas realizadas na Unidade Escolar.

No pátio da escola há mesas de jogos: quatro de tênis de mesa, cinco de pebolim e duas de Air Hockey, onde os estudantes após o horário do almoço, aproveitam para socializarem e se divertirem. Ressalta-se que, por ser uma escola que faz parte dos Programa Ensino Integral, os estudantes ficam muito tempo no ambiente escola, o qual precisa ser atrativo e acessível à diversas atividades.

Também fazem parte da rede física da Unidade Escolar duas quadras poliesportivas cobertas que atendem muito bem às aulas de Educação Física, e a outras atividades que se queira ali desenvolver. Constatam ainda da estrutura física: cantina, cozinha, sanitários masculino e feminino (de alunos, professores e funcionários), sanitário para deficiente físico, sala de coordenação, sala de professores, secretaria, diretoria, pátio coberto, zeladoria, sala de Educação Física, Sala de Estudo e sala para armazenamento de arquivos.

Em relação aos recursos materiais, a escola conta com um bom acervo didático-pedagógico e este fica sempre à disposição de estudantes e professores. Fazem parte deste acervo, dentre outros:

- 32 Computadores na Sala Ambiente de Informática;
- 4 projetores multimídia;
- 2 Notebook uso geral;
- 1 Televisor de 32 polegadas;
- Cerca de 10.931 livros entre obras literárias, paradidáticos e de pesquisa;
- Dvds educacionais com assuntos diversos;
- Material Esportivo;
- Instrumentos musicais;
- 4 mesas de tênis;
- Softwares educacionais;
- 5 caixas de som;
- 1 mesa de som;
- 5 microfones;
- 7 impressoras;
- 7 mesas de jogos;



- 1 microscópio;
- 1 planetário;
- Mapas diversos;
- Globo terrestre;
- 1 balança digital;
- 5 computadores uso administrativo;
- 5 computadores de uso pedagógico;
- 15 notebook de uso pedagógico;
- 52 notebooks de uso estudantes;
- 40 Chromebook de uso estudantes;
- 15 televisores de 43 polegadas;
- 1 kit cultura maker;
- 1 kit ciências;
- 1 impressora 3D

[Handwritten signature]



LEGENDA - CROQUI

- 1- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 2- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 3- Sala Multimídia - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 4- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 5- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 6- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 7- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 8- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 9- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 10- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 11- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 12- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 13- Sala de Aula - 49 m² - (7,00 x 7,00)
- 14- Sala de Informática- 74,90 m² - (7,00 x 10,60)
- 15- Sala de Leitura - 74,90 m² - (7,00 x 10,70)
- 16- Hall de Entrada - 6,80 m² - (3,40 x 2,00)
- 17- Diretoria - 17 m² - (3,40 x 5,00)
- 18- Secretaria - 87,48 m² - (9,00 x 7,00 x 3,80 x 3,40 x 3,40 x 3,40)
- 19- Almojarifado da Secretaria - 11,56 m² - (3,40 x 3,40)
- 20- Sala dos Professores - 23,80 m² - (3,40 x 7,00)
- 21- Sala de Coordenação - 22,44 m² - (3,40 x 6,60)
- 22- Cantina - 11,56 m² - (3,40 x 3,40)
- 23- Casa das Bombas – Caixa d'água suspensa - 7,60 m² - (2,00 x 3,80)
- 24- Almojarifado - 42 m² - (7,00 x 6,00)

9/30



- 25- Reservatório e Estacionamento de Bicicletas - 58,10 m² - (7,00 x 8,30)
26- Cozinha - 30,10 m² - (7,00 x 4,30)
27- Despensa - 14,85 m² - (4,50 x 3,30)
28- Sala de Educação Física- 12,24 m² - (3,40 x 3,60)
29- Sala de Arquivo - 11,56 m² - (3,40 x 3,40)
30- W. C. Funcionários (Feminino) - 5,44 m² - (3,40 x 1,60) - **01 vaso**
31- Área de Serviço - 2,89 m² - (1,70 x 1,70)
32- W.C. Deficientes - 2,72 m² - (1,60 x 1,70)
33- W.C. Professores (Feminino) - 5,44 m² - (3,40 x 1,60) - **02 vasos**
34- W.C. Professores (Masculino) - 5,44 m² - (3,40 x 1,60) - **02 vasos**
35- W.C. Alunos (Masculino) - 17,16 m² - (5,20 x 3,30) - **03 vasos** e um mictório
36- 36- W.C. Alunos (Feminino) - 17,16 m² - (5,20 x 3,30) - **07 vasos**
37- Zeladoria - 49 m² - (7,00 x 7,00)
38- Quadra de Esporte (A) - 600 m² - (20,00 x 30,00) (**coberta**)
39- Quadra de Esporte (B) - 600 m² - (20,00 x 30,00) (**coberta**) 40m² - Pátio Coberto - 577,60 m²
41- Muro - 729,60 m² - (96,00 x 4 x 1,90)
42- Área Livre – 3691,69 m²
ÁREA TOTAL..... = 7568,00 m²
ÁREA CONSTRUÍDA = 3876,31 m²
ÁREA LIVRE..... = 3691,69 m²

2- Contexto onde está inserida

A Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro está situada no município de Presidente Epitácio, a oeste do estado de São Paulo.

Presidente Epitácio é um dos 29 (vinte e nove) municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo. Acidade é muito procurada por turistas e



pescadores.

A Escola está localizada em um bairro residencial que possui uma infraestrutura quase completa, visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança.

Bem próximo à escola tem a Praça da Criança, o Ginásio de Esportes Beira Rio, a Escola de Tênis, a Praça da Bíblia, o Rotary Clube e também pequenos comércios.

MAPA DO ENTORNO

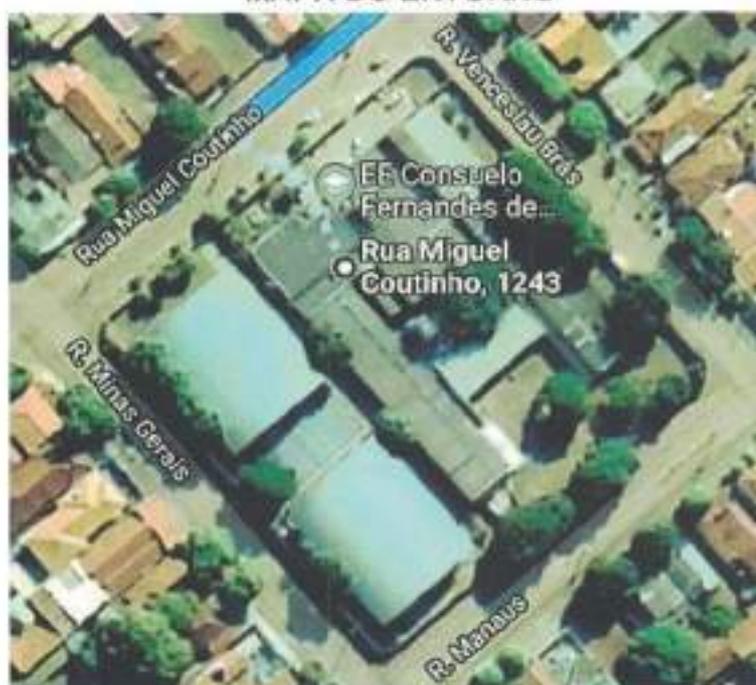


Figura 1: Localização da Escola
Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

3- Tipo de clientela

A Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro há cinquenta e quatro anos serve à população do município de Presidente Epitácio, hoje com aproximadamente 39.505 mil habitantes (Dados do IBGE/2022).

Total de alunos: 389 estudantes - 100%

Zona Rural: 38 estudantes - 9,77%

Zona Urbana: 351 estudantes - 90,23%



A Escola possui ao todo 389 (trezentos e oitenta e nove) estudantes, em sua maioria são moradores de bairros vizinhos (Boa Vista, Cruzeiro do Sul, Monte Castelo, Jardim Campo Grande, Vila Esperança, Vila Bordon, Jardim das Paineiras, Renascer, Novo Lar e outros) localizados na área urbana (90,23% do total da escola). Atende ainda às comunidades rurais, sítios, fazendas e assentamentos, o que equivale a 9,77% de seu alunado atual (Arquivos da Escola- maio/2023). Os estudantes ingressam na Unidade Escolar aproximadamente aos dez anos de idade (6º ano) e permanecem até o 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais.

As opções de lazer da maioria dos estudantes são a TV, o computador (internet), vídeo games e celulares. Outra parcela deles pratica algum tipo de esporte em escolinhas de futebol, na Orla Fluvial e aos finais de semana aproveita as praias às margens do lago formado pela represa da UHE Engenheiro Sérgio Motta no Rio Paraná, que banha a cidade.

De acordo com os dados do Relatório de Frequência Bimestral do *Programa Bolsa Família* da Unidade Escolar, dos 124 estudantes matriculados em 2023 nos 6º anos, 11,57% são beneficiários do Bolsa Família. Dos 98 estudantes dos 7º anos, 4,88% são bolsistas. Dos 99 alunos dos 8º anos, 8,99% são atendidos pelo do programa. E dos 68 estudantes dos 9º anos, 3,86% recebem o benefício. Ao todo são atendidos 114 estudantes na Unidade Escolar que corresponde a 29,30% do total (Vide Figura 2 e Tabela 2).



Figura 2: Porcentagem de alunos beneficiados com a Bolsa Família – maio/2023.
Fonte: Arquivos da Escola



	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total	%
Alunos beneficiados	45	19	35	15	114	29,30%
Total de alunos na escola	124	98	99	68	389	100%

Tabela 2 – Quantidade de alunos beneficiados com a Bolsa Família – maio/2023
Fonte: Arquivos da Escola

Devido ao fato do *Programa Bolsa Família* ter como uma das condicionalidades para a transferência de renda a manutenção das crianças e adolescentes na escola, este programa se torna um importante aliado a contribuir, mesmo que de forma indireta, para a melhoria da qualidade dos índices escolares.

Percebe-se que as crianças e os adolescentes atendidos pelo programa faltam menos às aulas. A falta injustificada das crianças e adolescentes assistidas por ele é menor das que não são atendidas.

Ademais, a probabilidade das crianças e adolescentes beneficiárias abandonarem a escola também é menor, o que também mostra uma associação positiva do programa em relação à taxa de evasão.

III– PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

O Projeto Pedagógico é a intenção e o desejo de realizar um trabalho de qualidade. É concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

Para inovar o trabalho escolar, o Projeto Pedagógico foi discutido tanto no âmbito do que a escola é atualmente, quanto naquele que poderá vir a ser nos anos vindouros. Para isso, foram considerados dois pontos: O primeiro com base legal, relacionado à educação como as diretrizes nacionais, as normas, as regulamentações e orientações curriculares e metodológicas originadas nos diversos níveis do sistema educacional (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional - LDBEN, Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, Currículo Oficial do Estado de São Paulo, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre outros). O segundo ponto é relativo às práticas e necessidades dos vários sujeitos da comunidade escolar (professores, estudantes, gestores,



pais, funcionários, comunidade, etc.).

Salienta a importância da integração escola-família para maximizar esforços no sentido de alcançar objetivos propostos neste plano.

Ao procurar retratar a realidade da escola como um todo, sabe-se que o Projeto Pedagógico nunca está pronto e acabado, devendo assumir um caráter contínuo. As transformações são constantes. O Projeto Pedagógico deve ser objeto de reflexão de todos os segmentos da Unidade, possibilitando sua avaliação de forma permanente e objetiva; assegurar, de fato, as inovações no cotidiano da escola. O ato de avaliar deverá estar sempre presente em todo o processo educacional para identificação dos rumos que a escola vem tomando.

A Proposta Pedagógica está fundamentada na educação de ensino integral dos estudantes, a saber os princípios: os quatro Pilares da Educação (Aprender a Aprender, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser); a Educação Interdimensional, que tem como finalidade uma educação que contemple as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade; Pedagogia da Presença e Protagonismo Juvenil.

A Escola tem como objetivo desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação integral indispensável para o exercício da cidadania crítica e responsável, alicerçada em valores e atitudes que o identifique como protagonista (Autônomo, Solidário e Competente) e fornecer-lhe meios para prosseguir em estudos posteriores.

A Avaliação Institucional será instrumento de autoavaliação nessa escola, para que os processos educativos se desenvolvam de forma consciente. Para realizar a autoavaliação a escola analisará periodicamente suas taxas de evasão, abandono escolar, desempenho bimestral, IDESP (Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo), IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e outros, identificando seus principais problemas, as possíveis causas e suas potencialidades.

Os gestores e toda a equipe dessa unidade escolar utilizarão os momentos de reunião pedagógica: Planejamento Escolar, Replanejamento, Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo Geral (ATPCGs) e Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo por Área (ATPCAs); Conselhos de classe/ano e no final do ano haverá uma dia para a realização da Avaliação Institucional, que



acontecem durante o ano letivo, para realizarem a reflexão coletiva em torno destas questões com a finalidade de identificar críticas e sugestões, perspectivas (pontos positivos) e impasses (pontos conflitantes ou negativos).

A realização deste monitoramento visa possibilitar a análise dos resultados dos esforços da equipe escolar, fazendo com que questões possam ser resolvidas enquanto há tempo de corrigi-las, visando assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, permanência e sucesso dos alunos, formando cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na transformação da sociedade.

IV– FINALIDADES, MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO

A) Finalidades

Como afirma a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN (LDBEN - nº 9493/96) a educação, que é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme a LDBEN, a Escola Estadual "Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro" concorda que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.



B) Missão

Garantir a excelência na formação acadêmica, que respalde o desenvolvimento dos projetos de vida dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar, que contribuam para o aprimoramento dos estudantes como pessoa em todas as suas dimensões (cognitiva, física, socioemocional e cultural), contribuindo assim, para sua formação ética, para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

C) Objetivos gerais do ensino fundamental:

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN (LDBEN - nº9493/96) indicam como objetivos do Ensino Fundamental:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) também indicam como objetivos do ensino fundamental que os estudantes sejam capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como



aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

- Utilizar as diferentes linguagens — verbais, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

- Questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

D) Princípios e diretrizes da educação fundamental

A EE Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro segue as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental* (BRASIL, 2013), que indicam como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade



e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

O cidadão formado na Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro deverá ser competente, responsável e solidário, desenvolvendo-se e transformando-se durante o processo educativo.

A Proposta Pedagógica da escola está baseada nos objetivos da Educação de Ensino Integral, isto é, desenvolver um estudante protagonista (Autônomo, Competente e Solidário) assegurar-lhe a formação comum a BNCC, além das disciplinas diversificadas (Eletivas, Protagonismo Juvenil, Práticas Experimentais, Orientação de Estudos, Tecnologia e Projeto de Vida) indispensável para o exercício da cidadania crítica e responsável, alicerçada em valores e atitudes que o identifique como alguém competente, e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Propõe uma educação de qualidade e inclusiva, com a promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas para todos os envolvidos.

V – PLANOS DE AÇÃO NAS DIVERSAS DIMENSÕES:

➤ GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS:

Na avaliação de resultados educacionais é fundamental que todos os membros e segmentos participem intensamente nos procedimentos de implementação e que, os resultados sejam utilizados para promover mudanças, construindo novos indicadores legítimos e capazes de serem absorvidos pela comunidade escolar e não como ferramenta de punição ou premiação.



Os resultados de avaliação ou indicadores devem permitir uma comparabilidade entre um momento e outro da instituição, onde a ética, o compromisso e a emancipação social e de gestão educacional alcancem as metas esperadas.

Outro fator importante é o de sabermos que as avaliações institucionais, internas ou externas são em sua maioria de cunho político/pedagógico, porém, a escola deve ter em mente que as mesmas têm fins de emancipação, como análise e crítica, denominada de avaliação formativa, que visa reorientar ou reorganizar o programa educacional e/ou institucional.

Os dados disponíveis ajudam a equipe escolar, a planejar melhor a vida pedagógica e administrativa da escola, trazendo benefícios para todos os segmentos que fazem parte do dia a dia escolar.

Assim, acreditamos que os resultados fornecidos através das avaliações efetuadas pelos estudantes são um dos termômetros para os professores e equipe gestora delinearem novas ações e metodologias ou, quem sabe, permanecerem com as mesmas, se estiverem surtindo efeito.

Mediante os resultados educacionais, a Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro tem condições de fazer uma avaliação do sistema educacional, intervindo pedagogicamente, visando à melhoria na educação, procurando garantir aos estudantes o crescimento como sujeito transformador e crítico dentro da sociedade em que vive.

Apresentam-se a seguir os resultados educacionais obtidos pela Escola nos últimos anos.

ANÁLISE COMPARATIVA DO IDESP E SARESP DE 2019 A 2022

Nos últimos anos, a Secretaria da Educação tem baseado suas ações a partir de avaliações externas como SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo). O SARESP, implantado no Estado de São Paulo desde 2007, tem como finalidade produzir informações consistentes, periódicas, comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

Já o IDESP, lançado em maio de 2008, como parte essencial do Programa de Qualidade



da Escola tem como objetivo promover a melhoria da qualidade do ensino primando não apenas pelo acesso, mas fundamentalmente pelo direito que todos os alunos da rede pública possuem de aprender com qualidade. Dentro desta perspectiva, as escolas estaduais são avaliadas anualmente de maneira objetiva, a fim de acompanhar a qualidade do serviço educacional prestado, sendo proposto metas para o aprimoramento da qualidade do ensino que oferecido, a partir do IDESP que é um indicador que mede a qualidade das escolas (SÃO PAULO, 2010).

A partir dos critérios desta avaliação, para que uma escola seja considerada boa, é necessário que a maior parte dos estudantes aprenda as competências e habilidades requeridas para o seu ano, num período de tempo ideal, o ano letivo. Por este motivo, o IDESP é composto por dois critérios: o desempenho dos estudantes nos exames de proficiência do SARESP (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam) (SÃO PAULO, 2010).

O Boletim do IDESP de 2007 apresenta as metas projetadas para a Unidade Escolar até o ano de 2030, considerando um crescimento contínuo e progressivo. As metas para a qualidade do ensino tem como objetivo promover a melhoria constante de todas as escolas e reduzir a desigualdade existente entre elas. Para isto, a Secretaria da Educação estabeleceu metas de longo prazo para toda a rede estadual paulista. O gráfico abaixo apresenta metas de longo prazo para as escolas.

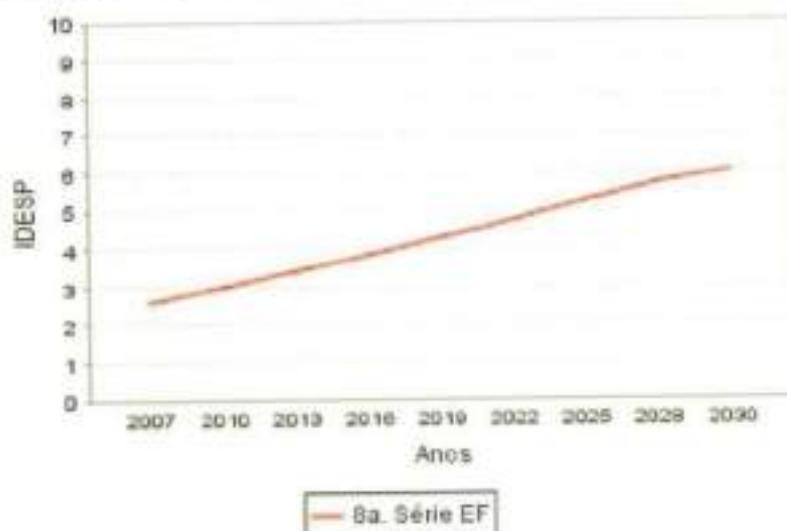


Figura 3: Projeção IDESP de 2007 a 2030 – 9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: FDE/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Em análise do IDESP de 2019 a 2022 desta Unidade Escolar, percebe-se um considerável progresso em 2019, quando a escola atingiu seu maior índice: 4,30. Em 2020 não houve SARESP devido à pandemia de Covid-19. Este fato acarretou muitas defasagens para os estudantes, mesmo oportunizando a eles aulas remotas. Em 2021, com ensino híbrido, a escola obteve o índice de 4,03 e em 2022 - 4,04. Considerando todos os desafios enfrentados durante o processo de pandemia, apresentando uma queda nos índices de 2021 e 2022 em torno de 6% apenas, comparados ao ano de 2019.

Tabela 3 – IDESP – 9º ano do Ensino Fundamental

	2019	2020	2021	2022	2023
Resultado IDESP	4,30	*-----	4,03	4,04	
Meta projetada	3,90	4,47	*-----	N/D	4,23
Resultado em LP	4,36	*-----	4,39	4,47	
Resultado em MAT	4,23	*-----	4,67	3,60	

Fonte: FDE/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
*Suspensão devido a pandemia – Covid 19.

Para melhor visualização dos índices, observe-se a Figura 4.



Figura 4 - IDESP – 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais
Fonte: FDE/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

O que chama a atenção é que em todo o período analisado, os índices de Matemática



sempre se apresentaram abaixo do componente curricular de Língua Portuguesa, embora tenha apresentado considerável crescimento em 2021, ultrapassando o índice de Língua Portuguesa neste ano. Mas, em 2022, o índice do componente curricular de Matemática regride novamente.

Outra análise que se pretende apresentar e que compõe o cálculo do IDESP é referente ao fluxo escolar. O fluxo escolar é medido pela taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização (anos iniciais e anos finais do EF e EM), coletadas pelo Censo Escolar.

Na Tabela 4, verifica-se que o fluxo escolar de 2019 a 2022 não apresentou oscilações, ou seja, a escola teve 100% de seus estudantes aprovados.

Tabela 4 – Fluxo Escolar

Ano	Fluxo
2019	1,0
2020	----
2021	1,0
2022	1,0

Fonte: FDE/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Esses dados demonstram que os estudantes estão permanecendo no esperado para seu ano de estudo, apesar de demonstrar defasagens de aprendizagens, devido à pandemia de Covid-19. Por isso, faz-se necessário identificar as competências e habilidades as quais os estudantes não assimilaram para permitir uma intervenção eficaz que esteja de acordo com as suas reais necessidades e as dos professores. Para isso, contamos, a partir de 2020 com os componentes da Parte Diversificada do Programa Ensino Integral, como Orientação de Estudos, que desenvolve técnicas de estudos e ainda proporciona aulas de nivelamento, complementando as aulas de recuperação contínua dos componentes da base nacional curricular comum. Em parceria com as ações do Acolhimento, busca sanar gradativamente as defasagens dos estudantes, contribuindo de forma significativa para que os estudantes sintam-se pertencentes ao espaço escolar de modo ativo, sendo indicado o incentivo do protagonismo juvenil.



ANÁLISE COMPARATIVA DO IDEB DE 2019 A 2021 E METAS PROJETADAS

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), autarquia vinculada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) e tem como objetivo avaliar a qualidade da Educação no Brasil através de um indicador que reúne informações provenientes do fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O cálculo do indicador acontece a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios.

O IDEB procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. Além da melhoria na qualidade do ensino, busca garantir a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas destinadas à Educação Básica.

De acordo com o INEP, o SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala:



Figura 5: Avaliações externas do SAEB
Fonte: INEP/MEC

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) abrange, a partir de amostragem, estudantes das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º série do Ensino Médio. Essa avaliação tem como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da



federação.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como "Prova Brasil" consiste em uma avaliação censitária envolvendo os estudantes do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipal, estadual e federal e tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 estudantes matriculados nos anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

Já a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação censitária envolvendo os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao SAEB pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. De acordo com o INEP, a Aneb e a Anresc (Prova Brasil) são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é realizada anualmente.

No caso de nossa Unidade Escolar, interessa-nos a Anresc (Prova Brasil) de cujos resultados obtidos referentes ao rendimento escolar dos estudantes dos 9º anos, constitui-se um indicador que pode contribuir para a análise e redimensionamento da atuação pedagógica escolar, complementando os resultados do SARESP e IDESP nos quais as grades de competências e habilidades avaliadas são semelhantes. Até o momento, a escola tem dados disponíveis de 2007 a 2021 e metas projetadas para atingir até 2023 conforme constam na tabela 5 e a figura 6.

Tabela 5 – Série histórica do IDEB 2007 a 2021

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Resultado IDEB	3,9	4,3	4,6	4,2	5,1	5,4	5,5	5,7	
Meta projetada	---	4,0	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,6	6,0
Resultado em Matemática	234,6	231,5	245,1	233,1	257,4	263,0	265,5	275,6	
Resultado em Língua Portuguesa	225,9	231,4	238,0	227,9	254,7	265,0	265,5	268,7	

Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo



Figura 6 – IDEB 2007 a 2017 – 9º ano do Ensino Fundamental
Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Outras análises dos dados apresentados aqui neste texto podem ser realizadas a partir das necessidades do contexto escolar. Entretanto, espera-se que estas possam contribuir para tomada de decisões e melhoria do processo ensino- aprendizagem. Para tanto propõe:

Objetivos específicos:

- Garantir a presença dos estudantes nas aulas;
- Acompanhar, monitorar os resultados das aprendizagens dos estudantes;
- Recuperar as aprendizagens dos estudantes;
- Possibilitar o trabalho com os estudantes elegíveis visando um melhor desenvolvimento nas habilidades, nos domínios cognitivo, afetivo e social;
- Elevar o índice de desempenho da Unidade Escolar, referendado pela média do Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo (IDESP).

Metas:

- 100% de estudantes aprovados no ano letivo de 2023;
- Avançar gradativamente o índice de acertos da Prova Paulista. (Segunda edição 60% de acertos e na Terceira edição 70% de acertos);
- Melhorar em 15% o índice de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática tendo



como base os resultados do SARESP de 2022;

- Alcançar a média do IDESP de 4,03 para 6,0 até o final do quadriênio do plano gestão;
- Elevar a média do IDEB de 5,70 para 6,25 até o final do quadriênio do plano gestão.

Justificativa:

- Defasagem de aprendizagem dos estudantes demonstrada nos resultados da Prova Paulista.

Ações ou estratégias de ação:

- Realizar a Busca Ativa com o intuito de garantir a permanência dos estudantes nas aulas;

- Cumprir o Currículo Paulista bimestralmente;

- Planejar, implementar, acompanhar e avaliar as aulas de Nivelamento e recuperação contínua.

Responsáveis: Equipe escolar.

Período: Ao longo do ano letivo.

➤ **GESTÃO PARTICIPATIVA**

A ação participativa eficaz em educação é orientada pela promoção solidária da participação por todos da comunidade escolar, na construção da escola como organização dinâmica e competente, tomando decisões em conjunto, orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais elevados, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos.

A gestão participativa pressupõe uma maneira de atuar coletivamente, oferecendo aos membros das comunidades local e escolar oportunidades para: reconhecer que existe uma discrepância entre a situação real (o que é) e o que gostaríamos que fosse (o que pode vir a ser); identificar possíveis razões para essa discrepância; elaborar um plano de ação para minimizar ou solucionar esses problemas.

A discussão coletiva, a decisão de participar, a definição de metas e ações, o acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade são passos importantes para definição de responsabilidades e competências. A participação de representantes dos diversos segmentos e das comunidades escolar e local e do conselho ou



colegiado escolar é vital para esse acompanhamento. Esses representantes podem e devem participar de reuniões administrativas e pedagógicas, auxiliando a tomar decisões desde a fase de planejamento até implementação e a avaliação

A participação coletiva deve ser orientada pelo atendimento aos interesses das comunidades envolvidas. Descentralização das decisões e ações compartilhadas contribuem para formação da cidadania. Nas escolas o enfrentamento de desafios e dificuldades deve efetivar-se como um processo conjunto, partilhado por professores, estudantes, pais, funcionários e comunidade local.

A gestão participativa não só produz visões compartilhadas pelos vários segmentos internos e externos da comunidade escolar, como promove a divisão de responsabilidades e o acompanhamento formal e informal das ações. A escola estará sempre aberta ao diálogo com a comunidade.

Os estudantes precisam ser envolvidos nos processos de tomada de decisão e implementação das ações na escola. Resgatar a centralidade da participação destes segmentos na vida da escola é fundamental para a implementação de ações colegiadas e participativas voltadas para o exercício da cidadania.

O Grêmio Estudantil é composto por todos os estudantes matriculados na Unidade Escolar. Atuar efetivamente como gremista corresponde a desenvolver um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos, pois suas ações criam oportunidades para que os estudantes discutam, desenvolvam e fortaleçam ações que extrapolam os muros da escola. Uma diretoria representante dos estudantes no grêmio estudantil é eleita anualmente pelo voto direto de seus pares e essa eleição obedece um rigor amparado pelo Estatuto do Grêmio da Unidade Escolar, construído a partir da legislação vigente e documentos de referência, com o objetivo de garantir a transparência do processo. Aos estudantes da Escola Consuelo é assegurado o direito de organização por meio de entidades autônomas representativas de seus interesses com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

Uma de suas atribuições mais importantes é representar os estudantes em órgãos colegiados das unidades escolares e no exercício da cidadania por jovens. O grêmio escolar congrega estudantes e seus líderes. Ele tem características diferenciadas dos demais espaços



de participação no interior da escola. Embora funcionem na unidade escolar, dispõem de prerrogativas próprias a serem regulamentadas no seu estatuto. O grêmio escolar tem as seguintes características:

- ✓ É expressão dos movimentos e reivindicações dos estudantes;
- ✓ Promove atividades recreativas, políticas e culturais autônomas, de acordo com seu regimento e o da escola.

As reuniões de pais/responsáveis ocorrem bimestralmente e quando for necessário. A equipe gestora e os docentes realizam reflexões acerca de temas diversos para melhor interação escola – família, além de atendimentos de acordo com a necessidade dos pais/responsáveis presentes. Assuntos pedagógicos de cada sala de aula são tratados e as especificidades tratadas com atendimentos individuais. Para tanto, propõe:

Objetivos específicos

- Fomentar o engajamento de pais/responsáveis e estudantes na gestão da escola;
- Reafirmar a gestão participativa da escola;
- Fortalecer a participação da APM e do Conselho de Escola na reuniões periódicas;
- Envolver o Grêmio Estudantil nas decisões da escola e promover uma cultura de participação capaz de ampliar o engajamento, promover a aprendizagem, melhorar a educação e contribuir para a democracia.

Metas:

- Aumentar em 100% a participação dos membros dos colegiados escolares na reuniões;
- Aumentar em 20% a presença dos pais/responsáveis nas Reuniões da Família;
- 100% das ações do plano de trabalho elaborado pelo Grêmio Estudantil realizadas.

Justificativa:

- Após a pandemia os pais e responsáveis diminuíram o comparecimento nas reuniões da Família e nos colegiados;
- Um grêmio estudantil atuante facilita a troca de informações constantes e a resolução de problemas da escola.

Ações ou estratégias de ação:

- Incentivar o Grêmio Estudantil para atuar junto aos estudantes na tentativa de melhorar o envolvimento de todos nos assuntos da escola como tentativa de atender anseios em prol da



melhoria da escola;

- Intensificar a participação dos diferentes colegiados nas decisões da escola, através de reuniões periódicas e para o conhecimento e avaliação das ações realizadas pela escola;
- Proporcionar a participação e a convivência de diferentes sujeitos sociais em um espaço comum de decisões educacionais;
- Submeter o trabalho desenvolvido na escola às avaliações da comunidade e dos conselhos ou órgãos colegiados, mediante a Autoavaliação Institucional;
- Divulgar no mural da escola e nas redes sociais as atividades realizadas durante o ano letivo na unidade escolar (reuniões de pais, calendário de avaliações, projetos e outros);
- Divulgar o Regimento Escolar e das Normas de Convivência, que orientam os direitos e deveres dos professores, funcionários, pais e estudantes, no momento da (re) matrícula do estudantes e durante o ano letivo.

Responsáveis: Equipe escolar e colegiados escolares.

Período: Ao longo do ano letivo.

➤ GESTÃO PEDAGÓGICA

O objetivo da escola é ser um espaço no qual os estudantes adquiram compreensão de seu mundo e de seu tempo. Para tanto, é preciso organizar seus espaços de aprendizagem e otimizar o uso do tempo, facilitar a ocorrência do trabalho coletivo e propiciar condições para que todos se envolvam na discussão sobre o currículo.

Com o estímulo docente e com base nos saberes que constituem o currículo, os professores desenvolverão situações de aprendizagem, proporcionando aos estudantes serem protagonistas no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, propõe-se:

Objetivos específicos:

- Promover, no processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e competências, que propicie a construção dos conhecimentos necessários para a vida em sociedade, visando à transformação da realidade;
- Aprimorar a prática pedagógica, por meio de uma dinâmica interdisciplinar;
- Ter profissionais que se comprometam com a busca de competência profissional que



vivencia o processo "ação-reflexão-ação";

- Desempenhar ações e projetos para valorizar os docentes e os estudantes, visando um aprimoramento e a atualização do ensino-aprendizagem.

Metas:

- Elevar a média do IDEB de 5,7 para 6,25 até o final do quadriênio do plano gestão;
- Alcançar a média do IDESP de 4,03 para 6,0 até o final do quadriênio do plano gestão;
- Manter o fluxo escolar em 100% de aprovação.

Justificativa:

- Ao avaliar a gestão pedagógica, percebe-se que há necessidade de maior atualização e enriquecimento do currículo, pela adoção de processos criativos e inovadores, como também, implementação de medidas pedagógicas que levem em conta os resultados de avaliação dos estudantes e a atuação dos professores articulada ao projeto pedagógico e com as necessidades de melhoria do rendimento escolar.

Ações ou estratégias de ação:

- Possibilitar discussão coletiva das competências e habilidades comuns desenvolvidas pelas diferentes áreas do currículo;

- Fortalecer a práxis pedagógica mediante formação entre os envolvidos no processo educativo, que possibilite mudanças com base na práxis reflexiva, objetivando melhor qualidade para o processo de ensino – aprendizagem;

- Usar sistematicamente estratégias didáticas diversificadas, de diferentes materiais didáticos, incluindo as metodologias ativas;

- Acompanhar as atividades pedagógicas desenvolvidas pela equipe docente, de modo a garantir a articulação de ações com a proposta da escola, pela equipe gestora;

- Identificar, ao longo do ano letivo, os resultados e as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, fazendo uso dos indicadores internos e externos, para desenvolver ações pedagógicas, voltadas para a melhoria contínua do rendimento escolar;

- Possibilitar análise dos relatórios dos Conselhos de Classe/Ano, das autoavaliações dos estudantes, dos registros dos professores com o objetivo de organizar acompanhamento pedagógico sistematizado;

- Aprimorar o processo de avaliação, através da capacitação em serviço nas ATPCGs e



ATPCAs propiciando a relação teoria e prática, definindo coletivamente instrumentos, formas de registros e critérios para avaliar as competências em todas as áreas do currículo;

- Planejar e avaliar constantemente as atividades de recuperação contínua;
- Realizar o Plano de Nivelamento;
- Garantir estratégias para melhorar o relacionamento professor-estudante e fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola;
- Explorar as potencialidades didáticas dos projetos desenvolvidos na escola em relação aos objetivos de ensino, principalmente nas disciplinas eletivas;
- Explorar o ambiente da sala de leitura e outros espaços propícios para a leitura e despertar o maior número de pessoas para o hábito de ler;
- Acompanhar e realizar a avaliação constante do trabalho e dos resultados alcançados, para que os diferentes segmentos de forma coletiva busquem corrigir rumos na aprendizagem;
- Preparar bem a aula, articulando o que os estudantes conhecem e os conteúdos que precisam ser aprendidos, imprimindo fluidez e ritmo nas atividades;
- Empregar tarefas diversificadas, compatíveis com o nível de dificuldade dos estudantes e adequadas às suas necessidades;
- Divulgar as boas práticas nas ATPCGs e ATPCAs ;
- Avaliar continuamente o desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos possibilitando corrigir rumos no processo ensino e aprendizagem;
- Analisar os resultados bimestrais através de gráficos (com professores e estudantes) para conhecer os pontos que necessitam ser aprimorados no processo ensino e aprendizagem nos diferentes componentes curriculares para formular novas ações;
- Analisar por turno e ano as habilidades e competências não adquiridas pelos alunos no SARESP, como também as identificadas na Prova Paulista com o intuito de corrigir as defasagens;
- Buscar eficiência no processo de aprendizagem, sustentado pela constante atualização de métodos e da utilização dos meios disponíveis tais como estudo integrado e interdisciplinaridade, pesquisas e utilização de multimeios;



- Proporcionar a autoavaliação para professores, alunos, coordenação pedagógica e direção com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade de ensino.

Responsáveis: Equipe escolar.

Período: Ao longo do ano letivo.

➤ GESTÃO DE PESSOAS

O grande desafio do mundo moderno é desenvolver a qualificação e o potencial das pessoas para se obter maior comprometimento com os resultados desejados, criando condições mais favoráveis à inovação e ao aprimoramento tanto pessoal como institucional. A educação e a escola não podem fugir à essa regra. Há necessidade de fortalecer procedimentos de participação da comunidade escolar, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades. Portanto, a gestão democrática tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de educação. Para tanto, propõe:

Objetivo específico:

Impulsionar as habilidades dos professores, funcionários possibilitando o melhor desempenho de cada pessoa que atua na instituição.

Meta:

Garantir um ambiente escolar humanizado constituindo uma escola democrática e comprometida com o ensino e aprendizagem.

Justificativa:

O ambiente escolar envolve muitos perfis profissionais, formações acadêmicas distintas e habilidades das mais variadas. Perante a diversidade do grupo, encontrar o equilíbrio é um desafio. Sendo assim, conhecer a equipe, compreender as potências de cada um é essencial para garantir um bom trabalho.

Ações ou estratégias de ação:

- Administrar situações de conflito visando garantir o direito à educação de qualidade;
- Desenvolver espírito de equipe e capacidade de trabalho em grupo com toda comunidade escolar;
- Proporcionar, estimular e apoiar no ambiente escolar, ações de formação continuada



e em serviço para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, como também elevar a motivação e autoestima dos profissionais, visando melhorar o atendimento às necessidades escolares cotidianas;

- Possibilitar a troca de experiências vivenciadas nas ações de formação continuada de aperfeiçoamento da equipe escolar, a fim de aprimorar o trabalho da escola;

- Possibilitar conhecimento da legislação educacional, do Regimento Escolar e demais normas legais que orientam os direitos e deveres de professores, funcionários, pais e alunos;

- Divulgar junto à comunidade escolar as experiências bem sucedidas, como forma de reconhecimento do trabalho da equipe escolar, fazendo uso de painéis, publicações em jornal local e nas redes sociais;

- Respeitar opiniões, interesses e individualidades dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

- Valorizar o profissional da educação em sua dimensão humana e profissional por meio das relações interpessoais;

- Mostrar a responsabilidade e a importância do papel de cada um para o bom andamento do processo educacional;

- Respeitar as decisões tomadas em grupo;

- Valorizar o trabalho participativo e destacar a importância da integração entre as pessoas da unidade;

- Assegurar que todos tenham vez e voz para expor ideias, sugestões ou críticas, em reuniões com pais, alunos e membros da comunidade local;

- Cuidar para que as informações sejam claras, transparentes, e cheguem a todos;

- Discutir com os estudantes a importância de sua inserção nos órgãos colegiados.

Responsáveis: Equipe escolar.

Período: Ao longo do ano letivo.

➤ **GESTÃO DE SERVIÇOS E RECURSOS**

Na escola, o atendimento ao público será de forma eficiente, eficaz, segura, com o máximo de respeito. A manutenção será permanente, preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico. A aplicação dos recursos será feita de



modo transparente, exposta em murais e dialogada com a comunidade escolar.

Propostas a serem desenvolvidas para o próximo quadriênio:

ESPAÇO	QUANTIDADE	CONDIÇÃO	REFORMA/ADAPTAÇÃO
Sala de aula	12	Regular	Pintura e manutenção da parte elétrica
Sala dos professores	01	Regular	Ampliação
Sala de Leitura	01	Satisfatória	Pintura
Sala de Recursos	---	-----	-----
Sala do Grêmio	---	-----	Construção
Sala de Educação Física	01	Satisfatória	Pintura
Secretaria	01	Satisfatória	Pintura
Quadra	02	Regular	Pintura e reforma dos alambrados
Almoxarifado	01	Satisfatória	Pintura
Direção	01	Satisfatória	Pintura
Coordenação	02	Satisfatória	Pintura
Laboratório	---	-----	Construção
Sala de Informática	01	Satisfatória	Pintura
Sala Multimídia	01	Regular	Pintura e mobiliário
Refeitório	---	-----	Construção
Banheiro Fem. (discentes)	01	Regular	Reforma geral
Banheiro masc. (discentes)	01	Regular	Reforma geral
Banheiro Fem. (docentes)	01	Satisfatória	Pintura
Banheiro masc. (docentes)	01	Satisfatória	Pintura
Pátio	01	Regular	Limpeza das canaletas e pintura
Cozinha	01	Satisfatória	Pintura, manutenção parte elétrica e hidráulica
Corredores de acesso	03	Satisfatória	Limpeza das canaletas e pintura

Tabela 6: Propostas reforma/ampliação/manutenção do Prédio Escolar

Objetivos específicos:

- Aplicar as verbas recebidas para que se atinjam os objetivos orçamentários, bem como, a prestação de contas de forma transparente dessa verba;
- Elaborar o processo de prestação de contas, dando suporte para que o processo educativo se desenvolva;
- Definir as prioridades, mediante a seleção das necessidades mais importantes da



escola, pois as suas carências são, na maioria das vezes, superiores às suas reais disponibilidades financeiras, garantindo a participação efetiva dos colegiados que representam todos os segmentos da comunidade escolar.

Metas:

- 100% de utilização dos recursos recebidos na aquisição de materiais para a escola visando a melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem dos estudantes;
- Manter todo o patrimônio escolar em ótimo estado de conservação durante toda a gestão;
- Manter todos os setores da escola em ótimo estado de atendimento a todos que por ventura precisarem dos serviços, durante o período da gestão.

Justificativa:

O ambiente interfere na aprendizagem dos estudantes, por isso é importante oportunizar e zelar por um ambiente acolhedor que incentive os estudos e a aprendizagem. Além disso, a aquisição de diferentes materiais didáticos precisam ser garantidos para a realização do processo ensino e aprendizagem.

Ações ou estratégias de ação:

- Realizar a gestão financeira com atitude consciente e comprometida com a realidade da escola através da sua identificação dos recursos recebidos, planejamento, execução e prestação de contas;
 - Garantir a pesquisa de preços objetivando para a escola, serviços e materiais de qualidade e com o menor preço;
 - Atender a todas as obrigações legais, funcionais, operacionais e de ordem hierárquica;
 - Aplicar os princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade;
 - Acompanhar os recursos orçamentários e financeiros destinados à escola com segurança e de acordo com os princípios de autonomia, ética e racionalidade administrativa;
 - Garantir as etapas de planejamento, execução e controle dos recursos financeiros e de sua vinculação ao projeto pedagógico em prol da melhoria da qualidade de ensino;
 - Todas as etapas para efetuação dos gastos das verbas serão realizadas com a participação da comunidade escolar, através de seus colegiados em reuniões pré-



estabelecidas;

- Elaborar planos de aplicação dos recursos financeiros da escola, definindo instrumentos de supervisão e avaliação de todo o processo e os meios de prestação de contas à comunidade;

- Elaborar atas e registros de reuniões para elencar prioridades;

- Integrar a gestão de material e do patrimônio à gestão pedagógica da escola;

- Otimizar a utilização adequada dos recursos subsidiando os professores no manuseio dos mesmos;

- Zelar pela boa conservação desses recursos e espaços físicos;

- Fornecer de todo esclarecimento possível para qualquer assunto e/ou documentação diversas, quando solicitado;

- Atualizar toda documentação e escrituração da vida escolar do estudante como também, da vida funcional dos servidores da unidade.

- Prezar pela urbanidade no atendimento à comunidade.

Responsáveis: Equipe escolar e comunidade.

Período: Ao longo do ano letivo.

Plano de aplicação dos recursos financeiros.

Origem e Aplicação:

Os recursos aplicados nesta unidade escolar provêm da Secretaria de Estado da Educação e APM, Cantina Escolar e Convênios com FDE e MEC.

Com relação aos recursos recebidos consideramos as seguintes situações:

A- Repasse estadual – rede de suprimentos, cujas compras são efetuadas somente pelo site, é destinada para aquisição de materiais de utensílio de cozinha e materiais de consumo utilizados na secretaria da escola.

B- APM – Recursos repassados através de convênios – FDE / FNDE – MEC e recursos próprios auferidos.

1- Verbas enviadas QSE / Tesouro via SEE/FDE – APM

PDDE PAULISTA:

Recursos repassados destinados à manutenção preventiva do prédio. Recurso alocado



às despesas com: pequenos reparos no prédio, manutenção de equipamentos e aquisição de materiais e serviços. Recursos repassados destinados à aquisição de bens móveis (capital).

Prestação de Contas: feita conforme solicitação – Relatórios Prestação de Contas, na Secretaria Escolar Digital - SED.

2- Verbas enviadas – FNDE / MEC – APM Programa Dinheiro Direto na Escola

Recurso destinado à aquisição de materiais e serviços (Despesas de Custeio) e aquisição de equipamentos (Despesa de Capital). Repassado com base no número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental – Conforme censo do ano anterior.

Prestação de Contas: feita conforme solicitação – Relatórios Prestação de Contas, na Secretaria Escolar Digital – SED, via Diretoria / FDE – SEDUC – FNDE / MEC.

3- Recursos próprios – APM

Recursos auferidos pela APM (cantina). Estes recursos destinam-se a auxiliar a Unidade Escolar em geral com gastos em manutenção, material de consumo de informática, prestação de serviços e aquisição de material permanente, principalmente nos períodos intermediários entre o recebimento de uma verba ou outra.

Observação: Todos os gastos estão de acordo com o plano de contas aprovados em assembleia, sendo que todas as documentações estarão à disposição dos associados (APM), sejam dos recursos públicos ou próprios. É importante salientar que todos os gastos de verbas estarão priorizando o aperfeiçoamento do processo pedagógico.

VI – PLANOS DOS CURSOS MANTIDOS PELA UNIDADE ESCOLAR

Ensino Fundamental – Anos Finais:

- Ciclo Intermediário (6º ano)
- Ciclo Final (7º, 8º e 9º anos)

a) Finalidades :

- O Ciclo Intermediário (6º ano) tem como finalidade assegurar aos alunos a continuidade e o aprofundamento da competência leitora e escritora, com ênfase na organização e produção escrita, em consonância com a norma padrão, nas diferentes áreas de conhecimento.



- O Ciclo Final (do 7º, 8º e 9º ano) tem como finalidade assegurar a consolidação das aprendizagens previstas para este Ciclo, contemplando todo o currículo escolar estabelecido para o Ensino Fundamental.

b) Currículo Oficial do Estado de São Paulo

O Currículo do Estado de São Paulo tem como objetivos a melhoria da aprendizagem dos alunos e a promoção de um Currículo básico e único comum a todo Estado. Nele, estão contidos os princípios orientadores capazes de promover as competências fundamentais para o enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo.

Diferentemente de outras concepções e propostas, o Currículo propõe o foco centrado na aprendizagem e não no ensino, e busca articular-se com a forma de gestão da escola. Por isso, ele é totalmente centrado no fato de que o aluno deve adquirir durante a escolarização, diversas competências e habilidades previstas em cada Componente Curricular, consideradas fundamentais para sua inserção na sociedade, exercício pleno da cidadania de forma crítica e construtiva.

Uma preocupação que permeia o Currículo baseia-se no fato de que a sociedade do século XXI, produto da revolução tecnológica e das novas relações mundiais, intensificada a partir da segunda metade do século XX, caracteriza-se pelo uso intensivo do conhecimento veiculado através das tecnologias de comunicação. Essa situação pode ser geradora de outro tipo de desigualdade ou de exclusão, por serem as tecnologias mediadoras do acesso ao conhecimento e aos bens culturais e o acesso ser limitado à maior parte da população.

Diante desse contexto, com o foco na aprendizagem, o Currículo pretende continuar garantindo a democratização do acesso aos níveis educacionais e subsidiar os educandos com uma educação de qualidade tendo em vista a superação da exclusão social, sendo que o simples acesso à escolarização não garante aquisição de conhecimentos.

A educação deve proporcionar o desenvolvimento pessoal através do desenvolvimento das capacidades de agir, pensar e atuar no mundo, aprender a diversidade, tendo em vista a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem a possibilidade de escolhas. As escolhas pressupõem um repertório e um quadro de referências que só podem ser garantidos se houver acesso a um amplo conhecimento, que é oportunizado pela educação



articuladora e que transite entre o local e o global.

Nesta perspectiva, a educação se concretiza a partir de uma síntese dos saberes produzida pela humanidade ao longo da história e dos saberes locais. O acesso a esse tipo de conhecimento possibilita ao indivíduo ter contato com conhecimentos necessários para o exercício da cidadania em dimensão mundial.

A base da educação, tanto para crianças quanto para jovens e adultos, deve estar pautada na perspectiva de desenvolver nos indivíduos a autonomia para gerenciar sua própria aprendizagem (aprender a aprender) e para a transposição dessa aprendizagem em intervenções solidárias (aprender a fazer e a conviver).

Entre outros elementos essenciais que devem permear os conteúdos e o sentido da escola são a complexidade da vida cultural em suas dimensões sociais, econômicas e políticas; a presença maciça de produtos científicos e tecnológicos; e a multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano. Apropriar-se desses conhecimentos pode propiciar ampliação das liberdades, ao passo que sua não apropriação pode significar mais um fato de exclusão.

O Currículo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem como princípios centrais: a escola que aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo da aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualização do mundo do trabalho.

A nova concepção de escola a considera uma instituição que também aprende a ensinar e não apenas ensina. Isso se deve pelo fato de que hoje o volume e o acúmulo de conhecimentos é muito grande devido o acesso às novas tecnologias. Assim, a escola não é a única detentora do saber, mas o conhecimento se dá na interação e soma de conhecimentos entre todos os envolvidos no processo educacional. Destaca-se neste aspecto a construção coletiva da Proposta Pedagógica, troca constante de experiências, observação das regras da boa pedagogia, entre outros.

Considera-se Currículo como a expressão do que existe na cultura científica, artística e humanista acumulados pela humanidade ao longo do tempo e transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Tudo aquilo que está ligado à cultura e ao conhecimento, mesmo não estando previsto no "Currículo Oficial", é considerado Currículo. Assim, todas as atividades da escola são curriculares, caso contrário, não são justificáveis no contexto escolar. Neste



contexto, é preciso romper a dissociação entre cultura e conhecimento, para que haja conexão do currículo à vida.

Como já anteriormente mencionado, o Currículo do Estado de São Paulo é todo baseado em competências, o que supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades do aluno, essenciais para que este faça uma leitura crítica do mundo, questionando para melhor compreendê-lo, fazendo inferências e intervindo. As competências nesse sentido caracterizam modos de ser, de raciocinar e de interagir, que podem ser desprendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, de tarefas ou de atividades. Vale lembrar que todo esse foco da Educação na aprendizagem já estava contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 que deslocou o foco do ensino para a aprendizagem, enfatizando o direito de aprender. O conceito de competências também é fundamental na LDBEN, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

Valorizar o desenvolvimento de competências nessa fase da vida em que se encontram a maior parte dos estudantes do Estado, foco principal deste Currículo (faixa etária compreendida entre 10 e 15 anos) implica ponderar, além de aspectos curriculares, os recursos cognitivos, afetivos e sociais dos alunos.

Outro aspecto importante a ser destacado é que uma das razões para se optar por uma educação centrada em competências diz respeito à democratização da escola. Com a universalização do Ensino Fundamental que garantiu o acesso à escola, a educação passa a incorporar toda a heterogeneidade que caracteriza o povo brasileiro. Assim, para ser democrática, a escola deve ser igualmente acessível a todos.

Outro princípio central do Currículo da Secretaria da Educação refere-se à prioridade para a competência da leitura e da escrita, fundamentais para a comunicação e como instrumento de conhecimento. Nesse contexto, o texto é o foco principal do processo de ensino-aprendizagem. Considera-se texto qualquer sequência falada ou escrita que constitua um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva. Assim, o que define um texto não é a extensão dessa sequência, mas o fato de ela configurar-se como unidade de



sentido associada a uma situação de comunicação.

A competência de ler e escrever é fundamental para uma cultura letrada como a nossa, sendo parte integrante da vida das pessoas e está intimamente associada ao exercício da cidadania. De acordo com pesquisas que vêm sendo realizadas na área, as práticas da leitura e da escrita têm impacto sobre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, possibilitando o desenvolvimento da consciência do mundo vivido (ler é registrar o mundo pela palavra, afirma Paulo Freire), propiciando aos sujeitos sociais, autonomia na aprendizagem e contínua transformação, inclusive das relações pessoais e sociais. Portanto, são práticas que necessitam ser constantemente desenvolvidas em todos os Componentes Curriculares e outras atividades escolares.

A centralidade da competência leitora e escritora, que as transformam em objetivos de todos os anos e de todas as disciplinas, assinala para os gestores (a quem cabe a educação continuada dos professores na escola) a necessidade de criar oportunidades para que os docentes também desenvolvam tais competências.

Por fim, o último princípio do Currículo prevê a articulação com o mundo do trabalho, tendo como norte os dispositivos da LDBEN, as normas das DCN, que são obrigatórias e pertinentes para a Educação Básica como um todo, sobretudo para o segmento do 6º ano em diante.

Nessa direção, segundo a BNCC, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

A partir da preocupação com a transposição didática, a lei determina corretamente que a relação entre teoria e prática se dê em cada disciplina do currículo, considerando que boa parte dos problemas de qualidade do ensino decorre da dificuldade em destacar a dimensão prática do conhecimento, tornando-o verbalista e abstrato. Uma possibilidade de transposição didática é reproduzir a indagação de origem, a questão ou necessidade que levou à construção de um conhecimento.



Entretanto, para sermos cidadãos plenos, devemos adquirir discernimento e conhecimentos pertinentes para tomar decisões em diversos momentos e fases, envolvendo situações práticas do cotidiano.

Conclui-se que o Currículo do Estado de São Paulo busca inserir o educando na sociedade, instrumentalizando-o para sua inserção na sociedade, visando capacitá-lo para fazer leituras do mundo em que vive, analisar criticamente os acontecimentos ao redor e propor soluções com adequadas intervenções. E, acima de tudo, aprendendo a aprender, sendo capaz por si só de continuar a aprender através do desenvolvimento da autonomia para o exercício pleno da cidadania. Para tanto, a escola tem a função social de contribuir com situações educativas e de aprendizagem, visando capacitar cada indivíduo no desenvolvimento das competências e habilidades previstas e consideradas essenciais em cada disciplina, buscando vincular sempre os conteúdos à realidade, sem perder o foco na aprendizagem e não no ensino. Ressalta-se aqui, a importância da escola tornar-se um espaço contínuo de construção de conhecimentos tanto para educadores quanto para os alunos, tornando-se referência de uma aprendizagem significativa, preparando-os para a vida.

c) Educação Inclusiva:

No art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) estão implícitos os princípios norteadores do projeto pedagógico, e um deles é "igualdade de condições para acesso e permanência na escola", também previsto no art. 206, inciso I da Constituição Federal de 1988 e no primeiro inciso do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Sendo assim, a E.E. Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro atende a todos, na igualdade de direitos, deveres e oportunidades, independentemente de sua condição social, racial, cultural, econômica, religiosa, física ou de sexualidade.

Uma educação comprometida com o social é aquela que atende a todos com a mesma qualidade e atua com a preocupação de incluir com equidade, respeitando e valorizando as diferenças e oportunizando a todos a igualdade de condições. Na escola inclusiva o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educativa, para tanto a escola garantirá:

1. Estimular a aproximação escola-família;
2. Sugerir um encaminhamento profissional adequado aos estudantes elegíveis, com



algum distúrbios de aprendizagem ou altas habilidades/superdotação;

3. Oferecer um ambiente de acolhimento, responsabilidade e incentivo ao crescimento pessoal de modo cooperativo, organizado e de aprendizagem a todos os estudantes;

4. Explorar as potencialidades de todos os estudantes envolvidos no processo de inclusão, adotando uma pedagogia dialógica, interativa e interdisciplinar;

5. Valorizar os diferentes saberes trazidos pelos estudantes, considerando suas histórias de vida, suas especificidades e potencialidades;

6. Adotar várias abordagens de ensino, para trabalhar com estudantes de diferentes níveis de desempenho, reavaliando as práticas e determinando as melhores maneiras possíveis de promover a aprendizagem ativa para alcançar resultados educacionais cada vez mais satisfatórios;

7. Considerar que o desenvolvimento humano não se reduz a fases estanques, pois cada estudante é único, compenetrado de características próprias, possuindo um tempo de maturação singular de pensar, aprender, desenvolver e constituir-se.

d) Educação Ambiental

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), também dispõe sobre os princípios e os objetivos da Educação Ambiental que estão implícitos entre os princípios gerais da educação e, no artigo 32, assegura que o ensino fundamental terá por objetivo a "formação básica do cidadão mediante: (...) II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade".

Em especial, a Lei nº 9.795/1999, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), afirma que é componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo escolar. A partir da Lei nº



9.795/1999, a Resolução nº 2 , de 15 de junho de 2012 estabelece as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental e decreta que as instituições de ensino devem assumir princípios e objetivos da Educação Ambiental.

São princípios da Educação Ambiental:

- I. totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- II. interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- V. articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- VI. respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

São objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

- I. desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;
- II. garantir a democratização e acesso às informações referentes à área socioambiental;
- III. estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;
- IV. incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V. estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de



arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI. fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII. fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII. promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX. promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do país que utilizam e preservam a biodiversidade.

Entende-se, então, por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Desta forma, a educação ambiental desperta a condição de cidadania ativa, ampliando seu significado para um movimento de pertencimento e corresponsabilidade das ações coletivas, visando ao bem-estar da comunidade.

Portanto, na E.E. Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, o tema Educação Ambiental será trabalhado durante todo o ano letivo e abordado de diferentes maneiras em todas as disciplinas. Para tanto, esta Unidade Escolar adotará como base os objetivos contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Meio Ambiente (BRASIL, 1997):

- identificar-se como parte integrante da natureza e sentir-se afetivamente ligado a ela, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente;

- perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural;

- observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir



um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;

- adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente;
- conhecer e compreender, de modo integrado, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;
- compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia.

e) Educação étnico - racial

A alteração da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a inclusão do Artigo 26A, por meio das leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, torna-se o marco na obrigatoriedade da Educação para as Relações Étnico - Raciais. A partir dela, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2013) nortearam os sistemas de ensino na implementação da lei. Sendo assim, tendo como base estes documentos, a equipe escolar desta Unidade Escolar propõe trabalhar os seguintes princípios:

Consciência política e histórica da diversidade, este princípio deve conduzir para:

- a igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos



indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;

- a desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;

- a busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitosas;

- o diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns; visando a uma sociedade justa.

Fortalecimento de identidades e de direitos, este princípio deve orientar para:

- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;

- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas;

- o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;

- o combate à privação e violação de direitos;

- a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais.

Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, este princípio encaminha para:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;

- a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las;

- condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo



responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;

- valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;

- educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo;

- o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, ao selos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais;

- participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

Tendo esses pressupostos como parâmetros é compromisso dos profissionais desta Unidade Escolar implementar, produzir e divulgar conhecimentos, atitudes, posturas e valores que promovam uma educação antirracista, de valorização e efetivação da história e cultura africana e afro-brasileira.

f) Carga horária:

A Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, atua nos Anos Finais do Ensino Fundamental e funciona em tempo integral oferecendo a carga horária de 1.433 aulas, ministrada em duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

g) Projetos pedagógicos da escola – oficiais e outros

A Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, preocupada em cumprir sua função social, considerando valores gerais e unificadores que definem o posicionamento em relação à dignidade da pessoa, à igualdade de direitos, à participação e à co-responsabilidade de trabalhar pela efetivação do direito de todos à cidadania, bem como contribuir para minimizar as consequências dos problemas sociais na comunidade, vem desenvolvendo através de seu corpo docente e discente, diversos projetos que estão em anexo



os projetos pedagógicos, integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos pelos profissionais da escola e aprovados nos termos das normas vigentes.

h) Projetos/Programas da Secretaria de Estado da Educação nos quais a escola está inserida:

- PROJETO ATIVIDADES CURRICULARES DESPORTIVAS E ARTÍSTICAS; (em anexo);
- PLANO DE TRABALHO - PROJETO DE APOIO À TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – PROATEC (em anexo);
- PROJETO DE TRABALHO DA SALA E AMBIENTE DE LEITURA (em anexo);
- PLANO DE AÇÃO – Programa Ensino Integral - PEI (em anexo).

VII – PLANOS DE ENSINO

Os componentes curriculares, as disciplinas e os conteúdos dos planos de ensino que integram os currículos do ensino fundamental – anos finais são elaborados com base nos critérios definidos nos termos da Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, organizados pelos professores e entregues para arquivo na escola, junto à coordenação pedagógica, até 17/03/2023.

A Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro atende os Anos Finais do Ensino Fundamental, constituído do ciclo intermediário (6º ano) e o ciclo final (7º, 8º e 9º anos). Nos termos da legislação vigente, os currículos, elementos integrantes do Plano Escolar, contam com uma base nacional comum e uma parte diversificada como segue:

- a) Língua Portuguesa
- b) Matemática
- c) Ciências Físicas e Biológicas
- d) História
- e) Geografia
- f) Arte
- g) Educação Física
- h) Inglês



- i) Ensino Religioso
- j) Disciplinas eletivas
- l) Práticas Experimentais
- m) Orientação de Estudo
- n) Protagonismo Juvenil
- o) Projeto de Vida

VIII – SISTEMA ORGANIZACIONAL

PLANO DE TRABALHO – DIRETOR DE ESCOLA

Segundo o perfil instituído pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Resolução SE Nº 56/2016, compete ao diretor promover ações direcionadas à coerência e à consistência de uma proposta pedagógica centrada na formação integral do estudante. Para tanto, propõe:

Objetivos:

- Promover ações no sentido de assegurar o direito à educação para todos os estudantes e expressar uma visão articuladora e integradora dos vários setores: pedagógico, curricular, administrativo, de serviços e das relações com a comunidade;
- Assegurar o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais que trabalham sob sua coordenação, nas diversas dimensões da gestão escolar participativa: pedagógica, de pessoas, de recursos físicos e financeiros e de resultados educacionais do ensino e aprendizagem;
- Assegurar e subsidiar o cumprimento da proposta pedagógica.

Metas:

Garantir o bom funcionamento da escola objetivando a aprendizagem dos estudantes, melhoria nas relações de ensino e aprendizagem, garantia do respeito à legalidade e de envolvimento da comunidade escolar

Ações:

- Reunir-se com a coordenação pedagógica;
- Organizar e acompanhar o trabalho da equipe docente e de apoio;
- Planejar reuniões e atender os pais/responsáveis.



- Presidir o Conselho de Classe/Ano;
- Discutir com o Conselho Escolar os assuntos em prol da melhoria da escola;
- Atender às solicitações da Secretaria de Educação e participar das reuniões por ela convocadas;
 - Propiciar o desenvolvimento de capacidades, habilidades e atitudes, oferecendo ambientes de aprendizagem e oportunidades de vivência;
 - Liderar e assegurar a implementação do Currículo, promovendo o acompanhamento nas diferentes disciplinas de ensino;
 - Otimizar o tempo e os espaços coletivos disponíveis na escola;
 - Aplicar a legislação escolar e as normas administrativas em contextos adequados;
 - Apresentar e analisar os indicadores junto à equipe docente e gestora da escola, buscando construir visão coletiva sobre o resultado do trabalho e a projeção de melhorias;
 - Garantir a legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
 - Articular e integrar da escola com as famílias e a comunidade;
 - Comunicar ao Conselho Tutelar dos casos de maus-tratos, evasão escolar e de faltas injustificadas dos alunos;
 - Administrar os recursos financeiros, através da elaboração, execução e avaliação do respectivo plano de aplicação, devidamente aprovado pelos órgãos ou instituições escolares competentes, obedecida a legislação específica para gastos e prestação de contas de recursos públicos;
 - Dar transparência aos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;
 - Garantir a atuação e o funcionamento dos órgãos colegiados – Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis –, induzindo a atuação de seus componentes, e incentivando a criação e a participação de outros;
 - Criar ambiente propício à geração de novas soluções e implementação de mudança (inclusive com o uso de tecnologias digitais de comunicação e informação), incentivando o envolvimento de todos para promover as aprendizagens dos alunos;
 - Coordenar a avaliação de desempenho;



- Comunicar-se de forma clara e apropriada para cada público;
- Ter escuta atenta e diálogo aberto;
- Criar ambiente propício à geração de novas soluções e implementação de mudança (inclusive com o uso de tecnologias digitais de comunicação e informação), incentivando o envolvimento de todos para promover as aprendizagens dos alunos;
- Coordenar a avaliação de desempenho;
- Fomentar o desenvolvimento de competências visando o aprimoramento profissional e pessoal da equipe;
- Garantir a atualização sistemática do cadastro de alunos;
- Administrar a escola, garantindo a regularidade do seu funcionamento;
- Acompanhar e monitorar os processos de vida funcional, vida escolar, documentação e registros;
- Monitorar a expedição de documentos respeitando prazos e fluxos;
- Coordenar a elaboração, a homologação e a revisão do regimento escolar;
- Garantir que os serviços, materiais e patrimônios sejam adequados e suficientes às necessidades das ações e dos projetos da escola;
- Dimensionar e demandar o transporte escolar e a merenda;
- Gerenciar o quadro (e atribuição) de pessoal, considerando as necessidades de atendimento às diferentes demandas da escola.

Cronograma (duração):

Ao longo do ano letivo escolar.

Resultados esperados:

Garantir a concretização da função social da escola, liderando o processo de construção de identidade dessa instituição, por meio de uma eficiente gestão.

Avaliação:

Anualmente, elencando pontos positivos e negativos, revendo as metas e ações junto à equipe e comunidade escolar verificando quais estão assertivas e o que precisa ser revisto e aprimorado.



PLANO DE TRABALHO DO COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR - COE

Objetivo:

Desempenhar as atribuições nos termos da LC nº 1.374, de 30 de março de 2022 - gerir as atividades administrativas e os serviços de apoio aos alunos, aos servidores e às atividades pedagógicas, além de promover a melhoria da convivência e do clima escolar.

Metas:

1. Auxiliar 100% na elaboração das prestações de contas;
2. Participar da organização das reuniões de pais e mestres (Reuniões da Família);
3. Realizar 100% das reuniões de alinhamento (Tutoria, Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil);
4. Coordenar 100% das ações para a melhoria da Convivência e do clima escolar.

Ações:

- 1.1 Realizar pesquisa de preço;
- 1.2 Organizar documentação comprobatória dos gastos;
- 1.3 Digitar e anexar pesquisas, notas fiscais e outros documentos no menu Prestação de Contas da Secretaria Escolar Digital;
- 2.1 Promover o engajamento do Grêmio Estudantil e estudantes acolhedores para realização do acolhimento e controle de presença nas reuniões da família;
- 3.1 Realizar reuniões de alinhamento com os professores dos componentes da parte diversificada (Projeto de Vida - PV e Protagonismo Juvenil - PJ);
- 3.2 Realizar reuniões de alinhamento com os tutores;
- 4.1 Fomentar o Grêmio Estudantil com vistas à consolidação dos projetos/ programas da Educação, a exemplo CONVIVA.

Cronograma:

1. ao longo do ano, respeitando o calendário estabelecido pela SEDUC, via CAF DESAT;
2. 1º bimestre; 2º bimestre; 3º bimestre;
3. Alinhamentos PV, PJ e tutoria – quinzenalmente, alternados;
4. Reuniões mensais com o Grêmio Estudantil.

Resultados esperados:

Atingir as metas propostas.



Avaliação:

A avaliação será por meio da verificação dos indicadores de processo e indicadores de resultados, considerando, as metas pré estabelecidas.

PLANO DE TRABALHO DO GERENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR - GOE

O Gerente de Organização Escolar responsabilizará pelo acompanhamento e controle da execução sobre a gestão das atividades previstas ao Agente de Organização Escolar e Agente de Serviços Escolares, com vistas ao pleno desenvolvimento dos trabalhos, a fim de garantir o cumprimento das atividades e o atendimento às necessidades da escola.

Objetivo:

O Gerente de Organização Escolar exercerá suas atividades previstas no artigo 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução 52/2011:

Organizar e manter atualizados todo o serviço de documentação burocrática da secretaria, referente a vida escolar dos alunos e funcional dos professores.

Metas:

Manter registros relativos a resultados anuais dos processos de avaliação e promoção, incineração de documentos, reuniões administrativas.

Ações:

Registrar, controlar, preparar e expedir atestado ou boletins a frequência do pessoal docente, técnico administrativo da escola.

Preparar os BFE e escalas de férias anuais dos servidores em exercício na escola.

Cronograma:

Ao longo do ano letivo.

Resultados esperados:

Receber, registrar, distribuir e expedir correspondência, processos e papéis em geral que tramitem na escola, organizando e mantendo o protocolo e arquivo escolar.

Avaliação:

Manter organizado e atualizado o documentário de leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse da escola;

Elaborar a programação das atividades da secretaria, mantendo-se articulada com as demais programações da escola.



XI – AVALIAÇÃO:

A Escola adota o Regime de Progressão Continuada, que foi aprovada no Estado de São Paulo pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1997 e implantada pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) em toda rede estadual de ensino fundamental em 1998 e em vigor desde então. A partir do ano de 2014, de acordo com a Resolução SEE/SP nº 74, de 8-11-2013, foi proposta a reorganização do Ensino Fundamental em três ciclos de aprendizagem, com a duração de três anos cada, como segue:

- Ciclo de Alfabetização - do 1º ao 3º ano;
- Ciclo Intermediário - do 4º ao 6º ano;
- Ciclo Final - do 7º ao 9º ano.

Entretanto, esta Unidade Escolar oferece apenas o 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, sendo que a reprovação acontecerá somente no 6º e no 9º ano, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor. Assim, os estudantes que não desenvolveram as competências e habilidades definidas pelo ciclo em questão reprovam ao final do 6º ano, ou seja, no término do ciclo intermediário e no término do 9º ano.

A avaliação será uma prática constante e permanente, com foco principal na melhoria da qualidade de ensino centrada no desempenho do aluno, que visa seu sucesso e a melhoria do processo de ensino.

A avaliação garantirá a tomada de consciência das reais necessidades para se garantir uma educação de qualidade, através da identificação de problemas, das tomadas de decisões, busca de soluções e assim corrigir rumos quando se fizer necessário.

A avaliação será subsidiada por procedimentos de observação, registros contínuos e terá por objetivo permitir o acompanhamento:

- Sistemático e contínuo do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;
- Do desempenho da direção, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;
- Da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;



- Da execução do planejamento curricular.

Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua, qualitativa e sistemática, tendo por objetivos:

- I - diagnosticar e registrar os progressos do estudante e suas dificuldades;
- II - possibilitar que o estudante autoavalie sua aprendizagem;
- III - orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- IV - fundamentar as decisões do Conselho de Classe/Ano quanto à necessidade de procedimentos de recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de estudantes;
- V - orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno e também aspectos formativos, através da observação de suas atitudes referentes à presença às aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidade com que assume o cumprimento de seu papel.

Na Escola Estadual Dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro a avaliação do aproveitamento escolar será realizada através de vários instrumentos: atividades escritas (prova escrita, trabalho de pesquisa, etc), atividades orais, observação individual, observação coletiva e atividades extraclasse.

Na avaliação do desempenho do estudante, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos e os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares de cada curso e nos objetivos gerais de formação educacional que norteiam a escola.

É importante destacar que na avaliação do aproveitamento serão utilizados dois ou mais instrumentos, pelo professor, sendo um deles uma prova escrita.

Quanto aos resultados das avaliações, eles serão registrados por meio de sínteses bimestrais e finais, em cada componente curricular, sendo traduzidos em notas, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sempre em números inteiros, que identificarão o rendimento dos alunos, na seguinte conformidade:



I - 0 a 4 – desempenho escolar não satisfatório;

II - 5 a 10 – desempenho escolar satisfatório;

Além das notas, o professor poderá emitir pareceres, em complementação ao processo avaliatório, sendo que, ao final do ano letivo, o professor emitirá, simultaneamente, a nota relativa ao último bimestre e a nota que expressará a avaliação final, ou seja, aquela que melhor reflete o progresso alcançado pelo estudante ao longo do ano letivo, por componente curricular, conforme a escala numérica citada anteriormente.

É de fundamental importância lembrar que para ser promovido o estudante deverá ter ao final do período letivo, uma frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

No decorrer do ano letivo a escola participa da Prova Paulista, uma avaliação diagnóstica aplicada bimestralmente para os estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio, de forma totalmente digital, por meio do aplicativo do Centro de Mídias de São Paulo. Para o 6º ao 9º são 40 questões de múltipla escolha, os componentes curriculares avaliados são Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Inglês, tendo como base o conteúdo do Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

Os índices extraídos são utilizados pela escola para produzir orientações aos professores, desenvolver programas e projetos que atuem nas dificuldades dos estudantes.

A Prova Paulista têm o caráter exclusivamente diagnóstico. Constituem de instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, realizados tanto pela escola quanto na sala de aula, cujo objetivo maior é a elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar as dificuldades dos estudantes.

Além disso, a equipe escolar realiza o Conselho de Classe/Ano, também considerado uma prática avaliativa, em que os envolvidos no processo ensino e aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos estudantes, o desempenho dos docentes, os resultados das metodologias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo coletivamente.

Para que todo processo avaliativo seja concretizado adequadamente, os Conselhos de Classe/Ano reunir-se-ão, bimestralmente, e no fim do ano letivo, para analisar os resultados das avaliações e decidir sobre a promoção, retenção ou encaminhamento dos estudantes para



estudos de recuperação.

Nesta perspectiva o processo de avaliar possui, basicamente, três passos:

- Conhecer o nível de desempenho inicial do estudante (constatação da realidade);
- Analisar o progresso do estudante comparando seu nível inicial de desempenho com o nível atual, considerando o que é essencial e importante de ser aprendido e desenvolvido ao longo do processo educativo (qualificação da aprendizagem);
- Tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Outro aspecto importante a ser destacado é que neste espaço escolar os professores também refletem sobre a necessidade de reformular suas práticas educativas, a fim de levantar sugestões para somar às reflexões que são realizadas durante o Conselho de Classe/Ano.

Da Recuperação de Estudos

À escola cabe viabilizar a todos os estudantes oportunidades de aprendizagem e possibilitar a superação das dificuldades encontradas no percurso desse aprendizado.

A recuperação é um instrumento relevante para levar o estudante ao sucesso escolar; é contínua e objetiva e visa combater a defasagem de competências e habilidades.

A recuperação contínua desenvolvida pelo professor responsável pela turma é realizada no decorrer das aulas por meio de orientação de estudos e atividades diversificadas de acordo com as dificuldades dos estudantes. É necessário, pois, que o professor conheça defasagens e ritmos de cada educando para assim planejar tais atividades com estratégias específicas, uma vez que o atendimento deve ser individualizado.

Em todos os componentes curriculares a recuperação contínua ocorrerá durante as aulas regulares, com ações de intervenção imediatas, voltadas para as dificuldades específicas de cada aluno, abrangendo não só os conceitos, mas também as habilidades, procedimentos e atitudes, sendo desenvolvida pelo próprio professor da classe para superar as dificuldades e necessidades dos alunos.

Nesta perspectiva, a recuperação contínua será pautada em um conjunto de estratégias elaboradas pelos professores com o objetivo de recuperar conteúdos essenciais que não foram assimilados pelo estudante. Portanto, a recuperação contínua tem como foco a aprendizagem e não simplesmente na recuperação de notas.



Para permitir um melhor aprimoramento acerca da Avaliação e Recuperação durante as reuniões pedagógicas vivenciadas nos últimos anos, a equipe gestora juntamente com os professores realizaram estudos acerca do tema Avaliação e Recuperação, que tem como objetivo superar as defasagens de aprendizagem e garantir a melhor aprendizagem dos alunos.

Da Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional tem sua legitimidade quando a escola estabelece a relação entre a sua política educacional, o Projeto Pedagógico, sua organização e a prática do dia a dia da instituição. Com isso, garante-se a lógica do trabalho da escola, sua sistematização.

A escola tem sua autonomia administrativa garantida na forma da LDBEN/96 e com isso deve articular mecanismos para garantir tomadas de decisões fundamentadas. Nesse contexto há necessidade de promoção da participação de todos os segmentos da escola na discussão e definição dos processos que assegurem o padrão de qualidade almejado por ela.

A Avaliação Institucional é uma das formas da gestão conhecer o que pensam os diferentes segmentos, seus anseios, fragilidades e pontos fortes. Com as análises que os resultados da aplicação da Avaliação Institucional permitem, o gestor tem condições de promover e estimular a melhoria do desempenho de toda a equipe escolar, estabelecendo a sintonia do trabalho.

A Avaliação da Instituição escolar recairá sobre a gestão pedagógica, gestão dos recursos humanos, gestão participativa, gestão dos recursos físicos e financeiros e gestão de resultados educacionais do ensino e da aprendizagem. O objetivo da iniciativa é realizar uma autoavaliação na unidade com o intuito de detectar aspectos que demandam mais atenção na rotina escolar e, com isso, traçar novos planos e prioridades.

A Avaliação Institucional deve ser compreendida como uma construção coletiva, onde todos os agentes da instituição participam da sua elaboração, aplicação e diagnóstico. Deve estar centrada nos fins, objetivos e princípios da instituição, atendendo sua globalidade e totalidade, pois apenas assim ela será caracterizada como estratégia para a busca da qualidade escolar.

A Avaliação Institucional é o caminho para as mudanças tornando-se, hoje, o maior e



mais necessário desafio para as escolas. É preciso que a população escolar se conscientize da importância deste assunto e perceba que avaliar não é apenas medir e comparar resultados, ou seja, que avaliar na realidade vai além, tornando-se a única estratégia que possibilita a real qualidade, melhoria e transformação do espaço educacional.

Os resultados do processo de autoavaliação institucional proporcionarão um diagnóstico das potencialidades e fragilidades dos trabalhos desenvolvidos nesta Unidade Escolar e mediante este diagnóstico será possível elaborar planos de melhoria condizentes com a necessidade constatada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 88/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. – 47. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional : **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**– Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portal IDEB**: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 19/junho/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : meio ambiente, saúde**. Brasília : MEC : SEF, 1997. (Parâmetros curriculares nacionais ; v. 9).

BRASIL. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.



BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02/05/2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira**", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 02/05/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22/maio/2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes do Programa Ensino Integral**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **IDESP – Programa de Qualidade da Escola: Boletim da Escola**. São Paulo: FDE/SEE, 2014. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br>. Acesso em: 10/07/2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Resolução SEE/SP Nº 74 de 8/11/2013. Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em **Regime de Progressão Continuada**, oferecido pelas escolas públicas estaduais, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 09/11/2013, Executivo I, p. 37/38.

SÃO PAULO, C.E.E., Secretaria de Estado de Educação. Indicação n.º 8/97. 30.07.97. Institui no sistema de ensino do Estado de São Paulo o regime de **Progressão Continuada no ensino fundamental**. D.O.E., 01-08-97.